

1 Aos vinte dias do mês de maio de 2024, às 9h00, reuniram-se ordinariamente os conselheiros
2 da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
3 das Velhas - CBH Rio das Velhas, por meio de videoconferência, utilizando-se da plataforma
4 *Teams*. **Conselheiros presentes:** Adailson de Oliveira Santos – Secretaria de Estado de
5 Saúde (SES); João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento – Instituto Estadual de Florestas (IEF);
6 Higor Suzuki Lima – Prefeitura de Nova Lima; Eric Alves Machado – Prefeitura de Contagem;
7 Luiz Cláudio Castro Figueiredo – VALE S.A.; Patrícia Sena Coelho Cajueiro - Federação das
8 Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Tarcísio de Paula Cardoso - Associação
9 Comunitária dos Chacareiros do Maravilha (ACOMCHAMA); Rodrigo Silva Lemos – Instituto
10 Guaicuy; Cecília Rute de Andrade Silva – Conviverde. **Convidados presentes:** Dimas Correa
11 da Silva, Rayssa Balieiro Ribeiro, Wolmara Teixeira Lisner, Flávia Danielle de Souza Mendes,
12 Guilherme Moreira de Souza Silva – Agência Peixe Vivo; Luis Breda, Célio Gomes, Victor
13 Machado de Magalhães, Livia Nogueira – VALE S.A; Paulo Barcala – Assessoria de
14 Comunicação Tanto Expresso; Bruno Guerra – Equipe de Mobilização Tanto Expresso; Beat
15 Willi – Subcomitê Águas da Moeda; Pedro Borges Teixeira – Prefeitura de Contagem;
16 Alexandre Guimarães – COPASA; Rafael Aguilar, Marisa Lapertosa, Pedro Lima Miguelão –
17 Subcomitê Águas da Moeda; Marcus Vinicius Polignano – Comitê da Bacia Hidrográfica do
18 Rio São Francisco (CBHSF); Natássia – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
19 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD); Douglas Pereira. **Pauta: Item 1** – Abertura,
20 verificação de quórum e recepção dos conselheiros; **Item 2** – Aprovação da ata da reunião do
21 dia 22 de abril de 2024; **Item 3** - Decisão CTOC para encaminhamento ao Plenário do CBH
22 Rio das Velhas referente ao Processo de Outorga de grande porte 55108/2023 **Requerente:**
23 Vale S.A. **Finalidade:** Canalização do ribeirão dos Macacos, como medida de readequação
24 do curso hídrico em questão, em decorrência do processo de descaracterização da Estrutura
25 de Contenção a Jusante (ECJ), que atende à barragem B3/B4 da mina Mar Azul. **Curso**
26 **d'água:** Ribeirão Macacos. **Município:** Nova Lima. **UTE:** Águas da Moeda; **Item 4** – Assuntos
27 gerais e encerramento. **Item 1** Professor Tarcísio Cardoso, secretário desta câmara técnica,
28 inicia a reunião agradecendo a presença de todos, e explica que está abrindo essa reunião
29 pois Eric Machado, coordenador, foi chamado a uma reunião emergencial na Prefeitura de
30 Contagem e, se atrasará alguns minutos. Destaca a presença de Marcus Polignano, ex-
31 presidente do CBH Rio das Velhas e presidente interino do CBH Rio São Francisco (CBHSF).
32 Em seguida, passa para aprovação da ata da reunião anterior. **Item 2** A ata da reunião do dia
33 22 de abril é aprovada por unanimidade. **Item 3** Prof. Comunica que no dia 02 de maio de
34 2024 foi realizada a visita técnica ao local onde está instalada a Estrutura de Contenção à
35 Jusante objeto deste processo de outorga, e solicita à Dimas Correa relate como a mesma
36 ocorreu. Dimas faz um histórico do processo, lembrando a data em que foi formalizada a
37 entrega junto ao comitê, a data da primeira reunião e a data da visita técnica, e informa que
38 em acordo com a Diretoria do CBH Rio das Velhas, será realizada uma reunião plenária
39 extraordinária do comitê exclusivamente para deliberar este processo. Apresenta um croqui
40 com a localização da estrutura e algumas fotos da visita. Por fim, esclarece que pode ser
41 observado pelos conselheiros da câmara técnica que a crítica inicial fica ao relacionamento
42 entre a empresa e a comunidade local, pois esta questiona o fato de não ter sido envolvida, e
43 o projeto sendo elaborado sem participação popular. Contudo, durante a CTOC pode
44 intermediar uma aproximação um pouco maior entre as partes, e fica o compromisso de a
45 VALE S.A integrar a comunidade às atividades previstas no plano de recuperação de áreas
46 degradadas (PRAD) e modo a promover ações de Educação Ambiental; inserir trilhas

47 exclusivas para pessoa com deficiência (PCD) ao projeto; enviar uma devolutiva à CTOC
48 sobre os resultados após um ano das intervenções e; a assessoria de comunicação do comitê
49 deve produzir uma matéria sobre esses resultados para o site do comitê. João Paulo
50 Rodrigues Sarmiento lembra que outra discussão que ocorreu durante a visita foi sobre a
51 existência ou não de alguma influência dessa intervenção no regime hídrico dessa sub-bacia,
52 sendo esclarecido naquele momento que seria pouco provável. Contudo, por entender que
53 será um questionamento recorrente inclusive na plenária, é importante que todos tenham
54 essa informação. Célio Gomes explica as informações técnicas sobre a ECJ e o projeto de
55 descomissionamento dela, lembrando que foi projetada com a função de retenção de rejeitos
56 em caso de um eventual rompimento da barragem, sem a característica de retenção de água,
57 e por isso em momento algum influenciaria o regime hídrico. Além disso, Luiz Cláudio Castro
58 Figueiredo reforça que o dimensionamento foi feito com um tempo de retorno de mil anos de
59 precipitações. Marcus Polignano destaca inicialmente o alívio em saber que a barragem
60 B3/B4 está sendo descomissionada. Lembra que a discussão sobre a segurança e o
61 descomissionamento de barragens se iniciou a partir do movimento “Mar de Lama Nunca
62 Mais”. Por outro lado, se preocupa com o que pode ocorrer ao leito do rio, em manter suas
63 curvaturas naturais, pois pode haver um rebatimento direto em sua vazão, e esse trecho
64 incide direto sobre a captação de Bela Fama. Polignano considera também que, com o
65 advento das mudanças climáticas, os parâmetros que têm sido utilizados para o
66 dimensionamento dos termos de retorno, sejam eles de cinquenta anos, cem anos ou mil
67 anos já não são mais adequados, a exemplo do que tem ocorrido no estado do Rio Grande do
68 Sul, o que gera uma preocupação com um eventual rebatimento das vazões
69 consequentemente uma inundação da Estação de Água de Bela Fama. Célio esclarece que
70 todo o estudo hidrológico e o projeto elaborado prevê que a geometria do curso d’água seja
71 preservada e bem próxima ao que era antes da existência da ECJ, inclusive em relação à
72 declividade original, evitando uma mudança da capacidade de área inundada. Célio conclui
73 dizendo que o dimensionamento da intervenção com um tempo de recorrência de mil anos é
74 vinte vezes maior ao que é previsto na legislação, pensando justamente nas mudanças
75 climáticas. Em seguida, Guilherme Silva apresenta o parecer técnico APV/GP/281/2024 da
76 Agência Peixe Vivo. As primeiras páginas do parecer contêm informações do projeto, que o
77 próprio empreendedor já repassou e constam também no parecer do IGAM. Assim, Guilherme
78 foca sua apresentação nas conclusões, onde recomenda o deferimento do requerimento de
79 outorga mediante o cumprimento das condicionantes propostas pelo órgão gestor de recursos
80 hídricos no Parecer Técnico IGAM/URGA ZM/OUTORGA nº. 81/2024, e recomenda ao comitê
81 a inclusão como condicionante a apresentação por parte do empreendedor a comprovação de
82 redução do nível de risco da barragem B3/B4 e comprovante de conclusão das obras de
83 descaracterização antes do início das intervenções. Higor Suzuki questiona se a manutenção
84 do sistema, que tem previsão de 35 anos (que é o período da outorga) de acompanhamento,
85 envolve todas as estruturas, as ombreiras, a canalização... E sugere que seja inserida uma
86 recomendação que trate da saída dos caminhões e seus impactos, pois foi algo que a
87 comunidade, por meio do subcomitê, questionou bastante, bem como os acessos para PCD.
88 Celio explica que foram estudadas 32 alternativas para este projeto, e optou-se por essa em
89 que não há a saída de material, justamente para evitar o trânsito de veículos pesados, evitar
90 este impacto. Sobre o acesso para PCD, é algo que não estava previsto inicialmente, mas
91 Celio se compromete a estudar a viabilidade, por causa da geometria local. A respeito da
92 manutenção, Celio diz que envolve todas as estruturas que Higor cita em seu

93 questionamento. Luiz reforça a preocupação da VALE em relação ao que foi solicitado pela
94 comunidade, as ações de Educação Ambiental no PRAD, o acesso para PCD, a manutenção
95 das condições originais do curso d'água, retenção de montante. Por outro lado, esclarece que
96 a descaracterização da barragem resolveu um risco hidrológico na bacia, e a empresa está se
97 propondo a manter as condições originais, mas não em resolver situações que a bacia já
98 sofria antes das intervenções. Além disso, lembra que junto à convocação dessa reunião foi
99 enviado um comunicado de que a descaracterização da Barragem B3/B4 foi concluída neste
100 mês. Então faz um contraponto ao parecer técnico da APV no sentido de que a redução do
101 nível de risco depende de vistoria da Agência Nacional de Mineração (ANM) e consequente
102 emissão de laudo técnico, o que demora cerca de 2 meses. Então, esperar a comprovação da
103 redução do nível de risco por parte da ANM pode gerar um pouco de dificuldade para a
104 empresa, pois é importante que a obra de descomissionamento da ECJ tenha início e fim
105 durante o período seco. Célio explica que, ao ser concluído o descomissionamento da
106 barragem, é realizada uma vistoria da ANM com objetivos comprobatórios. Após essa vistoria,
107 ela emite um parecer e posteriormente faz a retirada da barragem do Sistema Nacional de
108 Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB). Toda essa análise é feita em conjunto
109 com a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), e tem um prazo que envolve cerca de
110 60 dias. Cecília Rute Andrade Silva lembra que durante a visita técnica houve muitos
111 questionamentos ligados ao relacionamento entre a empresa e a comunidade, sobre a
112 ausência de diálogo entre as partes. Diz que essa reaproximação é muito importante, citando
113 as ações de plantio de mudas, de reflorestamento como forma de incluir a comunidade a
114 partir da educação ambiental. Luiz Cláudio está de acordo com o que Cecília diz, e que pode
115 ser tratada em uma recomendação. Rafael Aguilar diz estar de acordo e reforça a fala dos
116 demais presentes (Cecília, Polignano, Higor) e o posicionamento da comunidade em relação
117 ao uso comunitário da estrutura. Por fim, sugere que seja implantado um mecanismo de
118 medição de vazão à jusante da intervenção. Eric Machado explica que a aproximação entre a
119 empresa e a comunidade foi muito debatida durante a visita técnica, tendo sido um momento
120 muito importante de crescimento. Lembra que o comitê tem limites legais na análise do
121 processo, e por isso algumas situações podem ser tratadas como condicionantes, e outras
122 somente como recomendação. E observa que tudo o que foi pleiteado até agora, foi aceito
123 pela empresa. Rodrigo Lemos diz estar feliz com o ambiente construído para analisar este
124 processo de outorga. Voltar a discutir as intervenções, e não os atropelos processuais,
125 qualifica o debate. Destaca que muitas vezes os debates do comitê extrapolam as
126 limitações normativas e técnicas do comitê, mas são muito importantes para se criar diálogo
127 no território, e qualificando os conflitos. Polignano diz que a sugestão de monitoramento de
128 vazão proposta é importante, pois gera uma situação de controle em relação à Bela Fama, e
129 aproveita para solicitar o monitoramento de turbidez, pois garante um padrão de qualidade.
130 Rafael lembra que foi citado o compromisso da empresa em relação à comunidade, e
131 pergunta qual o modelo de compromisso pode ser considerado entre as partes. Marisa
132 Lapertosa reforça a solicitação de Rafael, e enfatiza que a manutenção desse diálogo agrega
133 tanto para o empreendedor quanto para a comunidade, pois possibilita uma visão
134 sistêmica do processo. Prof. Tarcísio diz que o Comitê do Rio das Velhas sempre batalhou por
135 esse entendimento entre as partes, e pela valorização da comunidade. Luiz Cláudio considera
136 pertinente o pedido de monitoramento de vazão e de turbidez, e sugere que a empresa
137 coloque uma régua limimétrica à montante e fazer medições mensais, pois assim, além do que
138 já foi dito, é possível obter um histórico de vazões naquele trecho. E esse monitoramento

139 pode ser colocado como condicionante. O pedido de Rafael, para não extrapolar os limites do
140 comitê, Luiz Cláudio sugere que sejam formalizados como recomendações ao processo, e a
141 VALE começa a tratar junto ao seu setor de relacionamento com a comunidade. Polignano
142 questiona também a proposta da escada para os peixes migradores naquela região. Diz que
143 conversou com especialistas, e do ponto de vista biológico pode ser mais bem aproveitado,
144 pois não existem espécies migratórias naquela região, e sugere que sejam substituídos por
145 criatórios, por exemplo. Rodrigo propõe que o acordo cobrado por Rafael e que Luiz Cláudio
146 sugere ser inserido nas recomendações possa ser tratado junto ao subcomitê local, pois dá
147 uma dimensão institucional. Tarcísio evidencia o cuidado que a CTOC está tendo em abrir
148 espaço para a comunidade, representada pelo Subcomitê Águas da Moeda, poder dialogar
149 com o empreendedor, e agradece imensamente por terem comparecido e ocupado esse
150 espaço neste momento. Luiz Cláudio concorda com Tarcísio, esclarece que nem todas as
151 situações puderam ser respondidas, pois fogem um pouco da competência dos técnicos
152 presentes, que estão mais ligados à engenharia e ao licenciamento. Mas que serão tratadas
153 internamente e reportadas no âmbito do subcomitê. Dando sequência, o processo é deferido
154 pela CTOC, com as seguintes condicionantes: 1. Realizar o monitoramento do parâmetro de
155 turbidez a montante e a jusante da intervenção com periodicidade diária durante a realização
156 da obra; 2. Realizar o monitoramento de vazão em ponto localizado no canal implantado com
157 periodicidade mensal; 3. Manter o CBH Rio das Velhas informado sobre a comprovação de
158 redução do nível de risco da Barragem B3/B4; 4. Enviar ao CBH Rio das Velhas comprovação
159 da conclusão da descaracterização da Barragem B3/B4 antes do início das obras da ECJ. Em
160 complementação às condicionantes apresentadas, a CTOC faz as seguintes recomendações:
161 1. Integrar a comunidade do entorno às atividades previstas e manter diálogo com o
162 Subcomitê Águas da Moeda no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) de
163 modo a promover ações de Educação Ambiental e aprimorar o relacionamento entre as
164 partes; 2. Realizar estudo de viabilidade de implantação de trilha estruturada, interpretativa e
165 acessível para PCD (pessoas com deficiência) até o canal implantado em conjunto com a
166 comunidade; 3. Instalação de placas a orientativas, informativas, educativas nas trilhas
167 informando sobre questões de balneabilidade e informação sobre a biodiversidade local; 4.
168 Apresentar à Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) os resultados alcançados após
169 12 meses da intervenção. Destaca-se que todas as condicionantes e recomendações estão
170 em consenso com o empreendedor. A decisão da CTOC segue para apreciação e
171 deliberação do plenário do CBH Rio das Velhas, que se reunirá ordinariamente no dia 28 de
172 maio de 2024. Não havendo mais nenhum assunto a tratar, a coordenação da CTOC atesta
173 que esta reunião ocorreu com a estrutura mínima necessária para possibilitar a participação
174 de todos os conselheiros, e encerrou a mesma, da qual se lavrou a presente ata, que foi
175 aprovada na reunião do dia 23 de setembro de 2024.

176
177

Eric Alves Machado

Coordenador
da CTOC